

COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES

PREGÃO PRESENCIAL N° 004/2017

PREÂMBULO

O COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES- CBC torna público que se acha aberto o processo de aquisição na modalidade Pregão Presencial n° 004/2017, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, sob o regime de empreitada por preço global, o qual será regido pelo Regulamento de Compras e Contratações do CBC ("RCC do CBC"), disponível no sítio eletrônico <http://cbclubes.org.br/regulamentacao/regulamentacao> e pelas disposições do presente Edital.

Os avisos contendo o resumo do presente instrumento convocatório foram devidamente publicados no sítio eletrônico do CBC <http://cbclubes.org.br> e nos jornais: Diário Oficial da União e Folha de São Paulo do dia 05/04/2017.

A sessão pública de processamento deste presente Pregão Presencial será realizada na Rua Açaí, n° 492, Bairro das Palmeiras, no Município de Campinas, Estado de São Paulo, CEP 13092-587, e terá início às 15 horas, do dia 19/04/2017. A sessão será conduzida pelo Pregoeiro e equipe de Apoio, ambos designados pelo CBC.

1 – OBJETO

1.1 – O presente processo de aquisição tem por objeto a contratação de pessoa jurídica de direito privado que opere Plano ou Seguro de Assistência Odontológica, conforme as características e descrições informadas no Anexo I e Anexo I-A – Termo de Referência.

2 – DA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste processo de aquisição todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto do serviço e que preencherem todas as condições constantes deste Edital, observando-se as devidas ressalvas às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme o RCC do CBC.

2.2 - Não poderão participar deste processo de aquisição as empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:

2.2.1 - Sob Processo de Concordata, Falência ou Insolvência Civil, recuperação judicial ou extrajudicial;

2.2.2 - Declaradas inidôneas por qualquer órgão público ou suspensas do direito de participar dos processos seletivos realizados pelo CBC e por suas entidades filiadas.

2.3 - Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

3 – DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Iniciada a sessão pública do presente processo de aquisição, o Pregoeiro convocará as empresas participantes para que apresentem os documentos de credenciamento.

3.1.1 - Para o credenciamento, as empresas participantes deverão apresentar os seguintes documentos:

a) A empresa participante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro e Equipe de Apoio por meio de um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste processo de aquisição, venha a responder por sua representada, devendo, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

b) O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada.

b.1) No caso de instrumento particular, deverá ser comprovada a capacidade de o signatário nomear procurador, mediante apresentação de cópia do estatuto ou contrato social em vigor, e, quando se tratar de sociedade anônima, da ata de nomeação do signatário, conforme modelo contido no Anexo VII – Modelo de Procuração.

b.2) Em sendo o representante sócio, proprietário, dirigente da empresa participante, deverá este apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

b.3) O Representante Legal da empresa participante que não se credenciar perante o Pregoeiro ficará impedido de participar da fase de lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recurso, enfim, representar a empresa participante durante a sessão de abertura dos Envelopes PROPOSTA DE PREÇOS e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO relativos a este processo de aquisição.

b.3.1) Nesse caso, a empresa participante ficará excluída de lances verbais, mantendo-se o preço apresentado na sua proposta escrita para efeito de ordenação e apuração da proposta mais vantajosa para o CBC.

3.2 - O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de Identificação (com foto).

3.3 - Será admitido apenas 01 (um) representante para cada empresa credenciada.

3.4 - A ausência dos documentos de representação impedirá a manifestação do representante da empresa.

3.5 - Os documentos para o credenciamento de representação legal deverão ser apresentados fora dos envelopes de Proposta de Preços e Documentação de Habilitação.

3.6 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, se desejarem fazer uso dos benefícios contidos no RCC do CBC, deverão apresentar a declaração conforme o modelo constante do Anexo VI – Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, juntamente com os demais documentos de credenciamento.

3.6.1 - Caso a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte não procedam da forma estabelecida no subitem anterior, interpretar-se-á tal fato como renúncia tácita aos benefícios a ela conferidos pelo RCC do CBC.

3.6.2 - As empresas que apresentarem a declaração de que trata o item 3.6 serão responsáveis pela veracidade das informações, sujeitas a diligências passíveis de serem realizadas pelo CBC e pelo Pregoeiro.

3.7 - A ausência do credenciado em qualquer momento ou procedimento do processo importará na renúncia tácita de realizar qualquer manifestação.

4 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 - Concluído o credenciamento, o Pregoeiro convocará as empresas participantes para que apresentem a Proposta Comercial (envelope nº 1), os Documentos de Habilitação (envelope nº 2) e a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação (nos termos do Anexo IV – Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação).

4.2 - A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo IV deste Edital, deverá ser apresentada fora dos Envelopes n.º 1 e 2.

4.3 - Os envelopes deverão estar fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 - Proposta de Preços
COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES- CBC
Edital do Pregão nº 004/2017
Proposta de Preços
Razão Social da Empresa participante
CNPJ

Envelope nº 2 - Documentos de Habilitação

COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES- CBC

Edital do Pregão nº 004/2017

Documentos de Habilitação

Razão Social da Empresa participante

CNPJ

4.4 - Todo e qualquer documento apresentado no processo de aquisição deverá ser exibido da seguinte forma:

- a) Via original;
- b) Por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente;
- c) Por publicação em órgão da imprensa oficial;
- d) Em cópias simples, desde que apresentadas as vias originais, as quais deverão ser confrontadas pela Comissão de Aquisição com os documentos originais, com a emissão da declaração de que “conferem com o documento original”.
- e) Todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome de participante e com o nº do CNPJ e endereço respectivo. Se a participante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se a participante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.
- f) Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.
- g) Na eventualidade de ser apresentado algum documento em língua estrangeira, deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

5 – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº. 01 – PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 - A Proposta de Preços da empresa participante deverá conter os seguintes elementos e informações:

- a) Razão social, endereço, CEP, Cidade e CNPJ;
- b) Número do Pregão;

c) Preço global do serviço, em moeda corrente nacional, destacando os preços unitários e totais de cada produto e serviço descrito no Anexo I e Anexo I-A – Termo de Referência, em moeda corrente nacional;

d) Prazo de validade da proposta, que deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Se não constar da proposta, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias.

e) Declaração de que no preço acima ofertado estão inclusos todos os custos da prestação dos serviços, equipamentos, insumos e utensílios necessários às atividades estabelecidas no Anexo I e Anexo I-A – Termo de Referência; lucros, despesas e custos, como por exemplo, tributos de qualquer natureza; todas e quaisquer despesas, diretas e indiretas, ou encargos, diretos ou indiretos, referentes à execução do objeto.

f) Declaração de Elaboração Independente de proposta, conforme modelo do Anexo IX.

g) Número da conta corrente, agência e nome do banco no qual serão realizados os pagamentos pela prestação dos serviços objeto do presente Edital;

5.2 - Não será admitida cotação diversa e inferior à quantidade, ao tipo e à descrição do objeto previsto neste Edital, sob pena de desclassificação imediata da empresa participante.

5.2.1 - Não se admitirá Proposta de Preços que apresente valores excessivos, simbólicos ou irrisórios, incompatíveis com preços de mercado.

5.3 - A Proposta de Preços deverá ser elaborada em única via, em papel timbrado da empresa participante e redigida em idioma português, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da empresa participante ou pelo procurador, conforme modelo do Anexo I-B – Modelo de Proposta de Preços.

6 – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE N.º 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

O Envelope nº 02, no qual serão inseridos os Documentos de Habilitação, deverá conter os seguintes documentos das empresas participantes:

6.1 - Habilitação Jurídica:

a) Registro comercial da empresa participante;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;
- e) Inscrição no Simples Nacional, quando for o caso.

6.2 - Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede da empresa participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Edital;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta emitida pela Receita Federal/PGFN, em que consta, inclusive, as contribuições da Seguridade Social - INSS), Estadual ou Distrital e Municipal (Tributos Mobiliários) do domicílio ou sede da empresa participante, na forma da lei;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos trabalhistas instituídos por lei;
- e) Certidão negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

6.2.1 - Da Regularidade Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte:

- a) As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida neste Edital, dentro do prazo de validade, para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- b) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a empresa participante for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do CBC, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- c) A não regularização da documentação no prazo acima especificado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no RCC do CBC, sendo facultado à CBC convocar as empresas participantes remanescentes, na ordem de classificação, na forma do art. 29, X, do RCC do CBC.

6.3 - Qualificação Econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa participante;
- b) Para as empresas participantes sediadas em locais em que a verificação é centralizada, será aceita uma única certidão.

6.4 - Qualificação Técnica:

- a) Atestado(s) de capacidade técnica em nome da empresa participante, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) aptidão para o desempenho anterior de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, com o objeto do presente processo de aquisição;

6.5 – Declaração, elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal ou procurador da empresa participante, de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, em cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, e conforme disposto no art. 14, V, do RCC do CBC, de acordo com o modelo do Anexo II – Declaração de Regularidade ao Artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

6.6 – Declaração, elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal ou procurador da empresa participante, assegurando a inexistência de fatos impeditivos à sua habilitação, conforme modelo do Anexo III – Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo.

6.7 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, o CBC aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias anteriores à data de início da sessão pública de processamento deste presente Pregão Presencial.

7 – DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

7.1 - No horário e no local indicados no Preâmbulo deste Edital, será aberta à sessão pública de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos representantes das empresas interessadas em participar do certame.

7.2 - Após os respectivos credenciamentos, as empresas participantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo IV – Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação e, em envelopes separados, a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação.

7.2.1 - Após a abertura do primeiro envelope de Proposta de Preços, não será possível a admissão de novos participantes no certame.

7.3 - A análise das Propostas de Preços pelo Pregoeiro terá como objetivo a verificação ao atendimento das condições estabelecidas no ato convocatório, sendo desclassificadas as Propostas Comerciais cujo conteúdo não atenda às especificações, às quantidades, aos prazos e às condições fixadas neste Edital, em seus anexos e no Regulamento do CBC.

7.3.1 - O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do Pregão para melhor avaliação das Propostas de Preços.

7.4 - As Propostas de Preços classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

- a) A seleção da Proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;
- b) Não havendo pelo menos 03 (três) Propostas de Preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as Propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de empresa participantes;
- c) No caso de empate dos preços propostos, será feito sorteio para definição da ordem de preferência do lance.

7.4.1 - Para efeito de seleção, será considerado o MENOR PREÇO GLOBAL ofertado pelas empresas participantes para a execução do objeto deste processo de aquisição.

7.5 - O Pregoeiro convidará, individualmente, os autores das Propostas de Preços selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor.

7.5.1 - Havendo lance, o Pregoeiro realizará uma nova rodada, começando pelo autor da última proposta de maior preço, e assim sucessivamente, até que, em uma rodada completa não haja mais lances.

7.5.2 - Serão considerados todos os lances inferiores ao último menor preço ofertado por cada participante.

7.5.3 - Aquele que não apresentar lance em uma rodada ficará impedido de participar de nova rodada, caso ela ocorra.

7.5.4 - Não havendo lances verbais na primeira rodada, serão consideradas as propostas escritas de preços classificadas para a fase de lances.

7.6 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

7.7 - Encerrada a etapa de lances, será feita a grade de classificação, na ordem crescente dos valores, considerando-se, para as selecionadas, o último preço ofertado.

7.8 - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, com vistas à obtenção de proposta mais vantajosa para o CBC.

7.9 - Após a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço global, decidindo motivadamente a respeito.

7.10 - Considerada aceitável a oferta de menor preço global, será aberto o envelope contendo os Documentos de Habilitação da empresa participante que a tiver ofertado.

7.11 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a empresa participante será declarada vencedora, abrindo-se a fase recursal, conforme o disposto no subitem 9.1 e 9.2.

7.12 – Exaurida a fase recursal, a empresa vencedora deverá apresentar o local no qual o evento será realizado, para vistoria a ser realizada por Comissão formada pelo CBC, para análise técnica e posterior aprovação, conforme especificação do Anexo I e Anexo I-A – Termo de Referência.

7.12.1 - A empresa participante vencedora deverá, no prazo de até 02 (dois) dias úteis após a sessão, encaminhar proposta escrita e no mesmo formato do Anexo I-B – Modelo de Proposta de Preços, com os preços ajustados em relação ao menor lance proposto ou valor negociado. A Proposta de Preços ajustada deverá informar, inclusive, o preço unitário e total de cada serviço e produto descrito no Anexo I e Anexo I-A – Termo de Referência.

7.13 - Se as condições do edital não forem atendidas, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, hipótese em que será declarado vencedor.

8 – DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1 - Será assegurada, como critério de desempate no presente processo de aquisição, a preferência de contratação às microempresas e às empresas de pequeno porte.

8.1.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as Propostas de Preços apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

8.2 - Para efeito do disposto no subitem anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto contratado;

b) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea “a” acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 8.1.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no subitem 8.1.1, será realizado sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.2.1 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos neste item, o objeto contratado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.2.2 - O item 8.2 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.2.3 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo de 10 (dez) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

9 – DO RECURSO, DA HOMOLOGAÇÃO, DA ADJUDICAÇÃO E DO CONTRATO

9.1 - No final da sessão pública será aberta a fase recursal e a empresa participante interessada em recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de razões de recurso, ficando as demais empresas participantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2 - A ausência de manifestação imediata e motivada da empresa participante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à empresa participante vencedora, bem como o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

9.3 - Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

9.4 - Decidido o recurso e constatado a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à empresa participante vencedora e homologará o procedimento.

9.5 - O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6 - Homologado processo de aquisição e adjudicado o seu objeto, a empresa participante vencedora será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da notificação, assinar o Contrato, podendo este prazo ser prorrogado, a critério do CBC, desde que ocorra motivo justificado.

9.7 - Como condição para celebração do contrato e durante a vigência contratual, a empresa participante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas no processo.

10 – DOS PRAZOS, DA FORMA E DO LOCAL DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DESTE EDITAL

10.1 - O objeto deste processo de aquisição deverá ser executado nos prazos estipulados no Anexo I e Anexo I-A – Termo de Referência, juntamente com todos os demais serviços e produtos destinados ao cumprimento integral da obrigação contratual, às expensas da empresa participante vencedora, conforme as características e quantidades solicitadas e de acordo com as especificações descritas no Termo de Referência.

11 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FORMA DE PAGAMENTO

11.1 - O recebimento do objeto será feito na forma estabelecida na Cláusula Quarta e Sexta da Minuta de Contrato.

11.2 - Constatado o cumprimento da obrigação, o pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil da apresentação da nota fiscal, conforme prevê o item 11.5.

11.3 - As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá até o 5º (quinto) dia útil da data da apresentação da nota devidamente corrigida, conforme prevê o item 11.5.

11.4 - O pagamento será feito mediante crédito em conta corrente em nome da Contratada, informado na sua proposta de preço.

11.5 - O CBC executa os seus pagamentos aos fornecedores nos dias 5, 15 e 25 de cada mês, ou, na coincidência com finais de semana ou feriados, no dia útil imediatamente seguinte. Assim, constatado o cumprimento da obrigação e trâmites internos de aprovação, o pagamento será efetuado em um dos dias mencionados acima, desde que observado, no entanto, o prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis ao da apresentação da nota fiscal, contados a partir do primeiro dia útil ao recebimento do documento.

12 – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

12.1 - O descumprimento das condições técnicas, comerciais ou jurídicas estabelecidas no edital, proposta comercial e contrato caracterizará o descumprimento das obrigações assumidas e poderá acarretar ao participante as seguintes penalidades, previstas no instrumento convocatório:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Suspensão temporária para participar dos processos seletivos do CBC e de suas entidades filiadas e, por consequência, de contratar com a mesma, pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses e máximo de 24 (vinte e quatro) meses, nas condições estabelecidas no instrumento convocatório.

12.2 - As penas previstas nos incisos I, II e III deste dispositivo poderão ser aplicadas cumulativamente ou não, sem prejuízo da rescisão do ajuste por ato unilateral do CBC ou de sua entidade filiada e demais disposições dos artigos 48 e seguintes do RCC do CBC.

12.3 - Os valores das multas e demais disposições estão previstas na minuta de contrato Anexo V.

13 – DAS DESPESAS

13.1 - As despesas decorrentes da execução deste processo de aquisição correrão à conta de recursos previstos na Lei Federal nº 9.615/1998.

14 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - As normas disciplinadoras deste processo de aquisição serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as empresas participantes e desde que não comprometam a finalidade e a segurança da contratação.

14.1.1 - Este Pregão Presencial e os atos dele resultantes serão regidos pelas disposições legais e regulamentares vigentes, especialmente pelo RCC do CBC bem como pelas condições do presente ato convocatório.

14.1.2 - A contagem dos prazos obedecerá ao disposto no art. 59 do RCC do CBC.

14.1.3 - O presente processo de aquisição poderá ser cancelado a critério do CBC, sem direito à indenizações às empresas participantes.

14.2 - Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelas empresas participantes presentes.

14.2.1 - As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

14.3 - A Proposta de Preços (Envelope nº 1) e os Documentos de Habilitação (Envelope nº 2) que forem abertos na sessão pública serão rubricadas pelo Pregoeiro, por membro da Comissão de Aquisição e pelos representantes das empresas participantes presentes.

14.4 - Os envelopes de habilitação das empresas participantes desclassificadas ficarão à disposição dos interessados no CBC para serem retirados após a publicação dos atos de homologação e adjudicação ou do correspondente Contrato. Decorridos 10 (dez) dias sem a retirada dos envelopes, eles serão destruídos.

14.5 - Até a data fixada para recebimento dos envelopes das Propostas de Preços e dos Documentos de Habilitação, qualquer pessoa poderá, em relação ao ato convocatório:

a) Solicitar esclarecimentos ou providências, no prazo de até 3 (três) dias úteis anteriores à data da abertura, cuja resposta deverá ser enviada à empresa participante e demais interessados em 24 horas;

b) Impugná-lo, em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data da sessão pública especificada no Preâmbulo, até às 18 (dezoito) horas do horário oficial de Brasília-DF.

14.5.1 - A petição contra o ato convocatório e os pedidos de esclarecimento serão dirigidos ao Pregoeiro, no endereço da sede do CBC, ou por meio do endereço eletrônico compras@cbclubes.org.br.

14.5.1.1 - As respostas às impugnações e aos esclarecimentos serão disponibilizadas no site eletrônico do CBC para os interessados.

14.5.2 - Acolhida a petição referida no item 14.5, letra “b”, será designada nova data para a realização do certame.

14.6 - Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro, com base no RCC do CBC e nos princípios de que são a ele aplicáveis.

14.7 A falta de data ou de assinatura em documento exigido no ato convocatório, poderá ser suprida pelo Representante Legal credenciado e presente na sessão pública.

14.8 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do processo de aquisição, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Campinas.

14.9 - Integram o presente Edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo I-A – Termo de Referência – Especificações;

Anexo I-B – Modelo de Proposta de Preços;

Anexo II – Declaração de Regularidade ao Artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

Anexo III – Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;

Anexo IV – Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

Anexo V – Minuta de Contrato;

Anexo VI – Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;

Anexo VII – Modelo de Procuração;

Anexo VIII – Aviso de Edital;

Anexo IX – Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

Campinas, 04 de abril de 2017.



JAIR ALFREDO PEREIRA
PRESIDENTE DO CBC

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2017

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

1. OBJETO

1.1 O presente processo de aquisição tem por objeto a Contratação de pessoa jurídica de direito privado que opere Plano ou Seguro de Assistência Odontológica, para os dirigentes, empregados e respectivos dependentes, conforme as características e descrições informadas no ANEXO I-A – Especificações deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA DOS SERVIÇOS

2.1. A contratação tem por objetivo fornecer aos beneficiários os meios necessários para a garantia da higidez de sua saúde, com o objetivo estratégico de promover a saúde física e emocional das pessoas, contribuindo para o seu bem-estar, com reflexos positivos na eficiência e na eficácia dos serviços prestados pela CONTRATANTE.

3. LEGISLAÇÃO PERTINENTE

3.1. A prestação dos serviços será regida pela legislação pertinente, em especial pela Lei nº. 9.656, de 03 de junho de 1998, pelos Atos Normativos da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, bem como pelo Regulamento de Compras e Contratações do Comitê Brasileiro de Clubes – CBC (doravante “RCC do CBC”) e pelas condições do presente ato convocatório. Os casos omissos serão resolvidos com base no RCC do CBC.

4. PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência do(s) contrato(s) celebrado(s) com a(s) empresa(s) vencedora(s) do presente processo de aquisição será de 24 (vinte e quatro) meses, ressalvada a possibilidade de prorrogação do contrato por até 60 (sessenta) meses, por meio de termo aditivo ao(s) Contrato(s), desde que considerada a vantajosidade para o CBC e de acordo com sua análise técnica e financeira do Objeto contratado.

5. CUSTEIO DO OBJETO

5.1. O objeto do Presente Edital, será custeado em sua integralidade pela CONTRATANTE somente aos colaboradores e/ou dirigentes, denominados como titulares.

5.2. O custeio do objeto aos dependentes é de responsabilidade do colaborador e/ou dirigente titular, em seu valor integral.

6. ADESÃO

6.1. A adesão dos beneficiários será facultativa, não havendo nenhuma obrigatoriedade de permanência, igualmente não se responsabilizando a CONTRATANTE pelo número de beneficiários que venham a aderir aos contratos.

6.2. O número de beneficiários informado poderá variar ao longo do contrato, pelas adesões e exclusões que possam ocorrer.

6.3. A adesão será feita mediante a assinatura de um “Termo de Adesão”, a ser fornecido pela(s) CONTRATADA(s) à CONTRATANTE, no qual devem constar todas as informações do beneficiário titular e respectivos dependentes.

6.4. O CBC não possui contrato vigente com prestador de Serviços de Plano e/ou Seguro Odontológico.

7. FISCALIZAÇÃO

7.1. A Fiscalização dos serviços será exercida pelo Departamento de Recursos Humanos do CBC na sede em Campinas/SP, através de pessoa a ser designada para tal por ocasião da efetivação do contrato, a qual incumbirá acompanhar a execução do contrato, anotando as infrações contratuais constatadas.

7.2. A Fiscalização deverá:

7.2.1. Solicitar à CONTRATADA, sempre que necessário, a apresentação de relatórios, dados em arquivo magnético ou documentos pertinentes aos quantitativos de utilização dos serviços, discriminação do perfil e do custo dos serviços utilizados e maiores utilizadores, que deverão ser fornecidos pela CONTRATADA.

7.2.2. Atestar a(s) nota(s) fiscal(is)/faturas apondo o seu “aceite” e vistar os demais documentos apresentados pela CONTRATADA.

7.3. O Departamento responsável pela fiscalização referida anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Receber dos beneficiários de cada plano ou seguro, os respectivos “Termos de Adesão” e entrega-los a(s) CONTRATADA(s), após a assinatura do contrato, constando todas as informações necessárias para fins de cadastramento, sendo que os dependentes serão cadastrados no mesmo plano ou seguro do titular, o qual deverá manifestar sua opção no prazo de 30 (trinta) dias após a celebração do instrumento.

8.2. Informar, até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, à(s) CONTRATADA(s), por escrito, por meio eletrônico, qualquer inclusão, exclusão ou alteração de plano(s) ou seguro dos beneficiários(titulares e dependentes), bem como os casos de perda, por qualquer motivo, do direito ao atendimento, ficando resguardado, contudo, o atendimento até o último dia da cobertura cujo pagamento já tenha sido realizado.

8.3. Recolher e devolver, quando possível, na ocasião da exclusão de beneficiários, assim como, no caso de rescisão contratual, as respectivas carteiras de identificação fornecidas pela CONTRATADA.

8.4. Verificar, semestralmente, ou quando entender necessário, a rede mínima credenciada e/ou referenciada contratada.

8.5. Fiscalizar a observância das disposições deste Termo de Referência, a fim de assegurar seu correto e tempestivo cumprimento, sem prejuízo dos procedimentos do controle exercido pela(s) CONTRATADA(s).

8.6. Comunicar por escrito à CONTRATADA as deficiências verificadas pela fiscalização, que serão imediatamente corrigidas, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas previstas.

8.7. Devolver à(s) CONTRATADA(s) a(s) nota(s) fiscal(ais)/fatura(s) contendo incorreções com as razões da devolução, por escrito, para as devidas retificações. A devolução de nota(s) fiscal(ais)/fatura(s) não aprovada(s) pelo CONTRATANTE, em hipótese alguma servirá de motivo para que a(s) CONTRATADA(s) suspenda(m) ou atrase(m) a execução dos serviços.

8.8. Para fins de registro dos dependentes, o CONTRATANTE efetuará rigoroso cadastramento, respondendo os responsáveis pelo fornecimento e inclusão de dados considerados falsos.

8.9. Efetuar o pagamento da prestação mensal, após apresentação da Nota Fiscal dos serviços prestados, a qual deverá ser atestada pelo Fiscal do Contrato, conforme cláusula 15.2, deste termo de referência.

8.10. Prestar informações e os esclarecimentos que venham ser solicitados pelos funcionários da CONTRATADA.

8.11. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

9. OBRIGAÇÕES DA(s) CONTRATADA(s)

9.1. Assegurar aos beneficiários da CONTRATANTE os serviços, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Contrato e na proposta apresentada.

9.2. Fornecer aos beneficiários da CONTRATANTE, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento do respectivo "Termo de Adesão", sem qualquer custo adicional, as carteiras de identificação,

individualmente para cada beneficiário, com prazo e validade igual ao da duração do contrato, cuja apresentação, acompanhada de documento de identidade, e quando necessária a autorização prévia, assegure aos beneficiários o direito à utilização, nos termos do presente Termo de Referência e da legislação vigente.

9.3. Fornecer aos novos beneficiários da CONTRATANTE, incluídos após a assinatura do contrato, as carteiras de identificação, nos mesmos termos do item anterior.

9.4. Fornecer juntamente com a carteira de identificação, a cada beneficiário titular, e também sempre que solicitado pelo CBC, manual de orientação para o usuário, de todos os procedimentos inerentes à realização de consultas, exames de diagnóstico, tratamentos, internações eletivas e de emergência, reembolso e relação de credenciados constando nome, telefone e endereço dos profissionais e estabelecimentos de acordo com o domicílio do beneficiário, assim como disponibilizar as mesmas informações atualizadas em formato digital, tal como site e/ou aplicativo próprio em nome da CONTRATADA.

9.5. Comunicar, imediatamente, à CONTRATANTE, através de e-mail toda e qualquer alteração ocorrida na rede credenciada e/ou referenciada (novos credenciamentos ou descredenciamentos).

9.6. Efetuar as inclusões e exclusões dos beneficiários conforme indicação do CONTRATANTE.

9.7. Credenciar profissionais e estabelecimentos de forma a atender todas as exigências contidas neste Termo de Referência.

9.8. Elaborar e fornecer ao fiscal do contrato, com periodicidade mensal, relatórios informatizados, contendo dados relativos aos quantitativos e perfil da utilização dos beneficiários, discriminando titulares e dependentes, sem prejuízo do fornecimento de dados e documentos relativos ao custo do contrato, INCLUSIVE DE SINISTRALIDADE.

9.9. Disponibilizar atendimento telefônico 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, para efeito de autorização de serviços e de informações sobre os serviços contratados.

9.10. Indicar um responsável (preposto) pela fiel execução do Contrato, que deverá, entre outras tarefas, reunir-se, sempre que solicitado, com a equipe de fiscalização da CONTRATANTE. Qualquer alteração em relação ao responsável, deverá ser comunicada imediatamente à CONTRATANTE.

9.11. Reapresentar ao CONTRATANTE, sempre que vencidos os respectivos prazos de validade, os documentos relativos à habilitação jurídica e autorização para funcionamento, bem como demais documentos solicitados pelo fiscal do Contrato, devidamente atualizados, em original ou por cópia reprográfica autenticada.

9.12. Aceitar e satisfazer todas as exigências do Edital e seu(s) anexo(s).

9.13. Justificar, por escrito, incluindo e-mail, toda negativa de cobertura por parte da CONTRATADA, que

deverá ser analisada pelo fiscal do Contrato.

9.14. Manter a rede de atendimento credenciada e/ou referenciada em número igual ou superior ao apresentado no ato da contratação, e, caso haja descredenciamento de qualquer serviço, credenciar outro de mesmo porte e com a mesma capacidade técnica e abrangência.

9.15. Na hipótese de a substituição do estabelecimento ocorrer por vontade da CONTRATADA durante o período de internação do beneficiário, a CONTRATADA se obriga a providenciar a manutenção da internação naquele estabelecimento e a pagar as respectivas despesas até a alta hospitalar.

9.16. A CONTRATADA fica obrigada a autorizar a realização de exames laboratoriais requeridos por profissionais não credenciados.

9.17. Colocar à disposição da CONTRATANTE um sistema informatizado que possibilite, via internet, o encaminhamento da movimentação diária e mensal dos beneficiários (titulares e dependentes), quais sejam: os formulários de inclusão ou exclusão de plano ou seguro.

9.18. Providenciar a imediata correção das deficiências nos serviços contratados, apontadas pela CONTRATANTE, responsabilizando-se pelos fatos advindos da ineficiência, morosidade e irregularidades praticadas por seus empregados e prepostos, exceto no que se refere a procedimentos médicos, em que prevalece a relação médico-paciente, e a responsabilidade de ambos.

9.19. Não se valer do Contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem a prévia autorização da CONTRATANTE.

9.20. Demonstrar, durante toda a vigência do Contrato, a manutenção da qualidade na prestação dos serviços especificados neste Termo de Referência, e manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, condições de habilitação e qualificação exigidas neste processo de aquisição.

9.21. Atender a todas as obrigações previstas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

9.22. Resguardar o sigilo dos dados e documentos que lhe forem confiados para o desempenho dos serviços ora contratados.

9.23. Solicitar ao beneficiário, diretamente ou através do CONTRATANTE, informações ou documentos necessários à complementação administrativa do procedimento de reembolso, cuja efetivação dar-se-á em no máximo 30 (trinta) dias corridos, através de depósito em conta corrente do beneficiário, a partir da apresentação da solicitação do ressarcimento, nota fiscal das despesas e/ou recibos de honorários.

9.24. Atualizar mensalmente a relação dos profissionais e entidades prestadoras dos serviços credenciados,

devendo essas informações estarem disponíveis, de preferência, em documento digital (formato Word ou Acrobat) ou impressa.

9.25. Em caso de substituição dos estabelecimentos e profissionais por outros equivalentes, a CONTRATADA deverá comunicar o fato à CONTRATANTE com 30 (trinta) dias de antecedência, ressalvando nesse prazo mínimo, os casos decorrentes de rescisão por fraude ou infração das normas sanitárias e fiscais em vigor.

9.26. Comunicar ao fiscal da execução do contrato, a ocorrência de qualquer fato impeditivo à execução fiel do contrato.

9.27. A responsabilidade INTEGRAL pelo vínculo trabalhista relativo aos profissionais envolvidos na execução do contrato.

9.28. Observar as determinações constantes da Súmula Normativa nº 10, de 30 de outubro de 2006, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), bem como das demais normas e entendimentos emanadas por tal órgão e suas alterações.

9.29. Em havendo cisão, incorporação ou fusão da CONTRATADA, a aceitação de qualquer uma destas operações, como pressuposto para a continuidade do contrato, ficará condicionada à análise, por parte da CONTRATANTE, do procedimento realizado e da documentação da nova empresa, considerando todas as normas aqui estabelecidas como parâmetros de aceitação, tendo em vista a eliminação dos riscos de insucesso na execução do objeto Contratado.

9.30. A Contratada deverá manter as mesmas condições habilitatórias, em especial, no que se refere ao recolhimento dos impostos federais, estaduais e municipais, durante toda a execução do objeto, as quais são de natureza "*sine qua non*" para a emissão de pagamentos e aditivos de qualquer natureza. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos fiscais, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a empresa participante renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade ou subsidiariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

10. BENEFICIÁRIOS

10.1. São considerados beneficiários dos serviços, para fins do presente Termo de Referência:

10.1.1. Os titulares, que são os dirigentes e/ou os funcionários registrados sob o regime CLT pela CONTRATANTE.

10.1.2. Os dependentes legais:

10.1.2.1. cônjuge ou companheiro(a), inclusive de união homoafetiva(a).

10.1.2.2. os filhos, inclusive enteados (solteiros), de dirigente e/ou funcionário da CONTRATANTE, até 21

(vinte e um) anos de idade e os incapacitados para o trabalho, inválidos ou interditados por alienação mental, sem limite de idade, devidamente comprovado por junta médica oficial.

10.1.2.3. os filhos, inclusive enteados (solteiros), até 24 (vinte e quatro) anos de idade, de dirigente e/ou de funcionário da CONTRATANTE, quando estudante universitário ou de escola técnica de 2º grau, não tendo economia própria.

10.1.2.4. o menor, sob a guarda ou sob a tutela de dirigente e/ou funcionário da CONTRATANTE, por força de decisão judicial, até 21 (vinte e um) anos de idade.

10.1.2.5. a mãe e/ou pai, sem economia própria, ou até o limite da isenção tributária prevista em lei.

10.1.2.6. irmão/irmã solteiro, portador de necessidades especiais, ou interditado por alienação mental, sem economia própria, que viva sob a exclusiva dependência econômica do dirigente e/ou do funcionário da Contratante, e conste como dependente na declaração de Imposto de Renda.

10.1.2.7. a quantidade estimada de dependentes está representada na tabela abaixo:

FAIXA ETÁRIA	DEPENDENTES - BRASÍLIA		TOTAL	DEPENDENTES - CAMPINAS		TOTAL	DEPENDENTES - CURITIBA		TOTAL	DEPENDENTES - RIO DE JANEIRO		TOTAL	DEPENDENTES - PORTO ALEGRE		TOTAL
	Masculino	Feminino		Masculino	Feminino		Masculino	Feminino		Masculino	Feminino		Masculino	Feminino	
0 a 18	13	17	30	9	9	18	0	0	0	0	1	1	0	0	0
19 a 23	0	3	3	2	0	2	0	0	0	1	0	1	0	0	0
24 a 28	1	2	3	2	4	6	0	0	0	0	1	1	0	0	0
29 a 33	3	2	5	4	2	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0
34 a 38	3	1	4	1	3	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
39 a 43	2	2	4	3	1	4	0	0	0	0	1	1	0	0	0
44 a 48	4	0	4	1	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
49 a 53	0	2	2	4	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
54 a 58	0	1	1	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
59 ou mais	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	26	30	56	27	23	50	0	0	0	1	3	4	0	0	0

11. IDENTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

11.1. A CONTRATANTE obriga-se a entregar à(s) CONTRATADA(S) em até 30 (trinta) dias corridos após o início da vigência do Contrato, os respectivos "Termos de Adesão".

11.2. A(s) CONTRATADA(S) obriga(m)-se a entregar a CONTRATANTE, em até 15 (quinze) dias corridos após a data de entrega dos respectivos "Termos de Adesão", as carteiras de identificação, agrupadas em ordem alfabética por beneficiários titulares ou outra ordem conforme solicitado pela CONTRATANTE e a mantê-las atualizadas e entregues tempestivamente, ao longo de todo o contrato.

11.3. Os beneficiários (titulares e dependentes) receberão gratuitamente carteira de identificação personalizada a ser fornecida pela(s) CONTRATADA(S), que será(ão) usada(s) exclusivamente quando da utilização dos serviços cobertos pelo plano ou seguro contratado.

11.4. A(s) Carteira(s) de Identificação deverá(ão) ser devolvida(s) pelo beneficiário (titular e dependente) no ato de sua solicitação de exclusão do Programa, ou no dia útil seguinte àquele do término de sua cobertura pelo plano ou seguro.

11.5. Em caso de extravio, o beneficiário se exime da responsabilidade de ressarcir os prejuízos causados após a comunicação do evento a CONTRATANTE que, imediatamente, fará a comunicação à(s) CONTRATADA(S).

12. EXCLUSÃO DOS BENEFICIÁRIOS

12.1. Os beneficiários (titular e dependentes) serão excluídos dos planos ou seguro nos seguintes casos:

12.1.1. Falecimento.

12.1.2. Demissão.

12.1.3. Cancelamento voluntário.

12.1.4. Divórcio ou cancelamento de união estável.

12.1.5. Quando por qualquer motivo o titular for excluído, será automática a exclusão de seus dependentes.

12.1.6. Quando os dependentes não mais se enquadrarem no disposto dos itens 10.1.2.1, 10.1.2.2, 10.1.2.3 e 10.1.2.4.

12.1.7. A exclusão financeira cadastral terá vigência a partir do 1º (primeiro) dia do mês subsequente a sua formalização.

12.2. O uso indevido da(s) carteira(s) de identificação será de inteira responsabilidade de quem o fizer, e causará a exclusão do beneficiário e de seus dependentes.

12.2.1. Os prejuízos causados pelo beneficiário e/ou dependente serão ressarcidos à CONTRATADA, pelo responsável infrator.

13. CARÊNCIAS

13.1. Não será exigida qualquer forma de carência para o OBJETO contratado, se a inscrição do beneficiário ocorrer pela CONTRATANTE dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de assinatura do contrato.

13.2. Findo o prazo disposto no item 13.1, a adesão será permitida, porém estará sujeita ao período de carência, até o limite máximo do disposto na lei nº 9.656/98 ou Ato Normativo da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), excetuando-se os casos que:

13.2.1. Durante a vigência do contrato, os beneficiários titulares que forem admitidos pela CONTRATANTE, bem como seus dependentes, firmem o termo de adesão, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua admissão.

13.2.2. Durante a vigência do contrato, todos aqueles que vierem a se tornar dependentes dos titulares da CONTRATANTE, firmem o termo de adesão, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua condição de habilitação para tornarem-se dependentes.

13.2.3. Durante a vigência do contrato, os filhos recém-nascidos e os adotivos, forem incluídos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de nascimento ou da data inicial do termo de adoção ou termo de guarda menor provisória ou definitiva.

14. DA REVISÃO

14.1. A CONTRATADA tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorram fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

14.2. A iniciativa revisional cabe à contratada. Assim, quando for o caso, a CONTRATADA deverá formular ao CONTRATANTE requerimento para revisão do contrato, cujo pedido deverá demonstrar analiticamente a elevação dos custos através de planilhas e documentos comprovando a ocorrência do fato imprevisível ou previsível, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

14.3. Junto com o requerimento, a CONTRATADA deverá apresentar toda documentação comprobatória que evidencie o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

14.4. O contrato não poderá receber reajuste em periodicidade inferior a 12 (doze) meses, ressalvado no caso da variação da contraprestação pecuniária em razão de mudança de faixa etária, não podendo haver aplicação de percentuais de reajuste diferenciados entre as faixas etárias e/ou entre beneficiários titulares, dependentes ou agregados.

14.5. Não poderá haver distinção quanto ao valor da contraprestação pecuniária entre os beneficiários que vierem a ser incluídos no contrato e os a ele já vinculados.

14.6. Qualquer reajuste de preços deverá estar amparado pelas normas da Agência Nacional da Saúde.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado mensalmente à CONTRATADA, em moeda nacional, através de Boleto Bancário, observando os dias de vencimento mencionados na cláusula 15.2, e após o atesto, pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE, da(s) Nota(s) Fiscal (is)/Faturas de Serviços apresentada(s), referentes aos

serviços prestados no mês anterior, acompanhado(s) da listagem atualizada dos beneficiários cadastrados, constando os seguintes itens: nome e matrícula do titular e respectivos dependentes, data de nascimento e o plano ou seguro em que estão inscritos, bem como extrato de utilização do plano ou seguro por especialidade e titular.

15.2. O CBC executa os seus pagamentos aos fornecedores nos dias 5, 15 e 25 de cada mês, ou, na coincidência com finais de semana ou feriados, no dia útil imediatamente seguinte. Assim, constatado o cumprimento da obrigação e trâmites internos de aprovação, o pagamento será efetuado em um dos dias mencionados acima, desde que observado também o prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis ao da apresentação da nota fiscal, contados a partir do primeiro dia útil ao do recebimento do documento.

15.3. A(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá até o 5º (quinto) dia útil da data da apresentação da nota devidamente corrigida, observando o critério estabelecido em 15.2.

15.4. Havendo inexatidão dos dados apresentados pela CONTRATADA para efeito do pagamento dos serviços prestados, que impossibilitem o atesto pela CONTRATANTE, deverá a CONTRATADA reapresentar a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Faturas e relatório(s) anexo(s) retificados, e a CONTRATANTE terá o prazo de mais 10 (dez) dias úteis a contar da reapresentação para efetuar o pagamento, observando os dias mencionados na Cláusula 15.2

15.5. Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua regularidade perante o fisco federal, estadual e municipal. Havendo atraso no pagamento por parte da CONTRATANTE, os valores serão corrigidos pela variação do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

15.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto existirem pendências de qualquer natureza, inclusive documental, ou em virtude de penalidade, sem que isso gere direito à atualização monetária ou prejuízo nos serviços prestado.

TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES

ANEXO I-A

1. ESTIMATIVA DE BENEFICIÁRIOS

1.1. A estimativa de beneficiários é de 80 (oitenta) vidas, conforme registros existentes no Departamento de Recursos Humanos em Janeiro de 2017 e planejamento de contratações previstas (quadro abaixo), número este que poderá variar ao longo do contrato, visto que a adesão é facultativa, não havendo nenhuma obrigatoriedade de permanência no plano ou seguro de assistência odontológica, assim como poderá haver a contratação e demissão de funcionários, com a consequente alteração no número de beneficiários (titular e dependentes).

FAIXA ETÁRIA	TITULAR - BRASÍLIA			TITULAR - CAMPINAS			TITULAR - CURITIBA			TITULAR - RIO DE JANEIRO			TITULAR - PORTO ALEGRE		
	Masculino	Feminino	TOTAL	Masculino	Feminino	TOTAL	Masculino	Feminino	TOTAL	Masculino	Feminino	TOTAL	Masculino	Feminino	TOTAL
0 a 18	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19 a 23	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
24 a 28	2	4	6	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
29 a 33	1	10	11	8	4	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0
34 a 38	3	5	8	2	5	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0
39 a 43	1	3	4	1	4	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
44 a 48	1	4	5	2	5	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0
49 a 53	1	1	2	2	1	3	0	0	0	1	0	1	0	0	0
54 a 58	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
59 ou mais	1	0	1	2	0	2	1	0	1	1	0	1	1	0	1
TOTAL	11	27	38	18	20	38	1	0	1	2	0	2	1	0	1

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. Plano ou seguro de Assistência Odontológica, por pessoa (per capita), que deve garantir a prestação de serviços de assistência odontológica laboratorial e auxiliar de diagnóstico e tratamento com cobertura nacional, para cobertura dos procedimentos odontológicos previstos nos atos normativos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) vigente à época do evento.

2.2. O plano ou seguro de assistência odontológica deverá ter cobertura em todas as especialidades previstas na Lei 9.656/98 e suas atualizações à época do evento, bem como nas resoluções da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), rol não exaustivo, sem limite de utilização ou de valor, com abrangência mínima de:

2.2.1. COBERTURA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

2.2.1.1. Atendimento de urgência odontológica 24 (vinte e quatro) horas, englobando: pulpotomia, pulpectomia, tratamento restaurador, curativo, hemorragia, alveolite, drenagem de abscesso intra e extra-oral, gengivite, periodontite, odontalgia aguda, trauma dental, contenção ortodôntica nos traumas dentais, complicações cirúrgicas, acidentes, e demais procedimentos (Rol não exaustivo) listados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) à época do evento.

2.2.2. COBERTURA DE CONSULTA

2.2.2.1. O beneficiário agendará diretamente com o profissional credenciado, consulta odontológica, apresentando por ocasião da consulta o cartão de beneficiário juntamente com documento de identidade, assinando uma única vez a planilha de consulta, a qual estará englobando anamnese, exame clínico e definição de tratamento.

2.2.3. COBERTURA DE TRATAMENTO

2.2.3.1. Tratamento Cirúrgico: Caracterizado como cirurgia oral menor, tais como: ulotomia, ulectomia, biópsia, excisão de rânula e mucocelo, extração de dentes decíduos, extração simples, extração de dentes inclusos e semi-inclusos, extração de raiz intra óssea, aumento de coroa clínica, alveoloplastia por arcada, remoção de cisto via intra-oral, aprofundamento de vestibulo, frenectomia do lábio, frenectomia da língua, redução de tuberosidade unilateral, drenagem de abscesso, remoção de tórus, reimplante de dentes avulsionados por trauma com aparelho de contenção, excisão de tumores odontogênicos, apicectomia unirradicular ou multirradicular com ou sem obturação retrógrada, curetagem apical, tratamento de alveolite e hemorragia, correção de bridas musculares, biópsias, enxertos, transplantes e reimplantes, cirurgia com finalidade protética, cirurgia com finalidade ortodôntica, cirurgia ortognática e diagnóstico e tratamento cirúrgico de cistos, afecções radiculares e perirradiculares, doenças das glândulas salivares, doenças da articulação têmporo-mandibular, lesões de origem traumática na área buco-maxilo-facial, mal formações congênicas ou adquiridas dos maxilares e da mandíbula, tumores benignos da cavidade bucal, tumores malignos da cavidade bucal e demais procedimentos (Rol não exaustivo) listados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) à época do evento.

2.2.3.2. Dentística Restauradora: restaurações de uma ou mais faces com ou sem envolvimento de ângulo em dentes anteriores ou posteriores com amálgama, resina composta fotopolimerizável ou ionômero de vidro, incluindo proteção pulpar nas quais poderão ser utilizados pinos de retenção intrarradicular ou rosqueados em dentina, procedimentos educativos e preventivos indispensáveis à manutenção da saúde, procedimentos conservadores da vitalidade pulpar; restabelecimento das relações dinâmicas e funcionais dos dentes em oclusão, manutenção e controle das restaurações, restaurações das lesões dentárias através de procedimentos diretos e indiretos, confecção de restaurações estéticas indiretas, unitárias ou não e restauração e prótese adesivas diretas e demais procedimentos (Rol não exaustivo) listados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) à época do evento.

2.2.3.3. Endodontia: de um ou mais condutos, retratamento de um ou mais condutos, remoção de pino intrarradicular, capeamento direto, pulpotomia, pulpectomia, clareamento de dentes despolpados, apicectomia unirradicular ou multirradicular com ou sem obturação retrógrada, curetagem apical, tratamento endodôntico de dentes fistulados e/ou com lesão apical, curativos de demora, tratamento expectante, procedimentos conservadores da vitalidade pulpar, procedimentos cirúrgicos paraendodônticos e tratamento dos traumatismos dentários e demais procedimentos (Rol não exaustivo) listados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) à época do evento.

2.2.3.4. Periodontia: limpeza e polimento coronário, tartarectomia, raspagem coronária e radicular, placa de mordida miorelaxante, gengivectomia, gengivoplastia, cirurgia periodontal, rizectomia, esplintagem, tratamento de abscesso periodontal, aumento de coroa clínica, curetagem supra e subgengival, controle dos agentes etiológicos e fatores de risco das doenças dos tecidos de suporte e circundantes dos dentes e dos seus substitutos, procedimentos preventivos, clínicos e cirúrgicos para regeneração dos tecidos periodontais e peri-

implantares e demais procedimentos (Rol não exaustivo) listados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) à época do evento.

2.2.3.5. Odontopediatria: restaurações de uma ou mais faces com ou sem envolvimento de ângulo em dentes anteriores ou posteriores, com amálgama, resina composta fotopolimerizável ou ionômero de vidro, incluindo proteção pulpar nas quais poderão ser utilizados pinos de retenção intrarradicular ou rosqueados em dentina. Mantenedor de espaço fixo ou móvel unilateral e bilateral, mumificação pulpar, endodontia em decíduo, coroa de aço ou policarboxilato, aplicação tópica de flúor, profilaxia; prevenção em todos os níveis de atenção, devendo o especialista atuar sobre os problemas relativos à cárie dentária, ao traumatismo, à erosão, à doença periodontal, às mal-oclusões, às mal-formações congênitas e às outras doenças de tecidos moles e duros; diagnosticar as alterações que afetam o sistema estomatognático e identificar fatores de risco em nível individual para os principais problemas da cavidade bucal, tratamento das lesões dos tecidos moles, dos dentes, dos arcos dentários e das estruturas ósseas adjacentes, decorrentes de cárie, traumatismos, erosão, doença periodontal, alterações na odontogênese, mal-oclusões e mal-formações congênitas utilizando preferencialmente técnicas de mínima intervenção baseadas em evidência e demais procedimentos (Rol não exaustivo) listados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) à época do evento.

2.2.3.6. Tratamento para lesões decorrentes de acidentes de trabalho.

2.2.3.7. Ortodontia/Ortopedia Funcional dos Maxilares: aparelho ortodôntico/ortopédico fixo e/ou móvel, barras de contenção e taxas de manutenção inclusos no contrato e com cobertura total pela Contratada de pasta ortodôntica contendo: fotos, RX panorâmicos, teleradiografias com traçado, modelos de estudo e modelos de trabalho, entre outros; diagnóstico, prevenção, interceptação e prognóstico das maloclusões e disfunções neuro-musculares; planejamento do tratamento e sua execução mediante indicação, aplicação e controle dos aparelhos mecanoterápicos, para obter e manter relações oclusais normais em harmonia funcional, estética e fisiológica com as estruturas faciais; prevenção, diagnóstico, prognóstico e tratamento das mal-oclusões, através de métodos ortopédicos funcionais; tratamento e planejamento mediante o manejo das forças naturais, em relação a: crescimento e desenvolvimento; erupção dentária; postura e movimento mandibular; posição e movimento da língua e distúrbios crâniomandibulares e demais procedimentos (Rol não exaustivo) listados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) à época do evento.

2.2.4. COBERTURA DE PRÓTESE

2.2.4.1. Prótese parcial removível provisória (dente nacional), dentadura imediata (dente nacional), dentadura simples e dupla (dente nacional), reembasamento, prótese parcial removível permanente “roach” unilateral e bilateral (dente nacional), ajuste oclusal, conserto de prótese em laboratório e em consultório, recolocação de prótese, reabilitação oral com próteses unitárias ou múltiplas com coroas total, $\frac{3}{4}$ ou $\frac{4}{5}$; próteses unitárias ou múltiplas fixas em resina, cerômero, metaloplástica, metalocerâmica, cerâmica pura, metálica; núcleo metálico pré-fabricado ou individualizado ou de preenchimento; coroa provisória unitárias ou múltiplas de dentes anteriores e posteriores; restauração metálica fundida, confecção de placa miorelaxante; diagnóstico e prognóstico das dores orofaciais complexas, diagnóstico e prognóstico das disfunções temporomandibulares, controle e tratamento das dores orofaciais e disfunções temporomandibulares, através de procedimentos de competência odontológica; diagnóstico, prognóstico, tratamento e controle dos distúrbios crânio-mandibulares e de oclusão, através da prótese fixa, da prótese removível parcial ou total e demais procedimentos (Rol não exaustivo) listados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) à época do evento.

2.2.5. COBERTURA DE RADIOLOGIA

2.2.5.1. Radiografia periapical, radiografia inter-proximal, radiografia panorâmica; tomografia "cone beam"; a aplicação dos métodos exploratórios por imagem com a finalidade de diagnóstico, acompanhamento e documentação do complexo buco-maxilo-facial e estruturas anexas; obtenção, interpretação e emissão de laudo das imagens de estruturas buco-maxilo-faciais e anexas obtidas, por meio de: radiografia convencional, digitalizada, subtração, tomografia convencional e computadorizada, ressonância magnética, ultrassonografia, e demais procedimentos (Rol não exaustivo) listados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) à época do evento.

2.2.6. COBERTURA PARA PREVENÇÃO

2.2.6.1. Prevenção: higienização e fisiologia oral, selante oclusal, controle de placa, tartarectomia, remineralização de esmalte, aplicação tópica de flúor;

2.2.7. REDE CREDENCIADA MÍNIMA

2.2.7.1. A CONTRATADA deverá manter durante todo o período de vigência do contrato, uma rede mínima nacional de estabelecimentos credenciados/referenciados, denominada **REDE CREDENCIADA MÍNIMA**, em especial para as cidades de Campinas e Brasília, cujos locais são atualmente os de maior relevância para as atividades do CBC, abrangendo:

2.2.7.1.1. No mínimo 10 (dez) profissionais dentistas da rede credenciada/referenciada em cada cidade citada em 2.2.7.1, com no mínimo 02 (dois) profissionais especialistas em cada especialidade da odontologia.

2.2.7.1.2. Rede credenciada/referenciada, que realize atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia para urgências/emergências odontológicas, com no mínimo 01 (um) profissional.

2.3. REEMBOLSO

2.3.1. O beneficiário poderá ser atendido por profissionais e/ou empresas que não fazem parte da lista de credenciados/referenciados, entretanto, somente terá direito ao reembolso de despesas, nas seguintes alternativas de atendimento:

2.3.1.1. Quando o atendimento for de urgência/emergência e não for possível o atendimento em rede credenciada/referenciada.

2.3.1.2. Quando ocorrer qualquer procedimento que, no dia do mesmo, a CONTRATADA não dispuser de profissionais/empresas credenciados atendendo por motivo de greve, paralisação, ou falta de credenciados na lista disponibilizada.

2.3.2. Nos casos previstos no item 2.3.1.1 e 2.3.1.2, o reembolso ao beneficiário deverá ser efetuado integralmente pela CONTRATADA.

2.3.3. Os beneficiários, para se habilitarem ao reembolso das despesas por eles diretamente efetuadas,

deverão apresentar à CONTRATADA os seguintes documentos:

2.3.3.1. Cartão de Identificação;

2.3.3.2. Relatório do Dentista discriminando: o tipo de procedimento executado, dente e/ou região e valor unitário de cada procedimento;

2.3.3.3. Recibo original de honorários do dentista, devidamente assinado e com carimbo do CRO e CPF/CNPJ;

2.3.3.4. Data do atendimento;

2.3.3.5. Dados do assistido referentes à sua conta bancária (Banco, agência, número da conta corrente e nome do titular da conta);

2.3.3.6. CPF do beneficiário.

2.3.3.7. O reembolso deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da apresentação da documentação pelo beneficiário.

2.4. REAJUSTE

2.4.1. O preço ofertado na proposta pela CONTRATADA será fixo e irreajustável por um período de 12 (doze) meses, quando então se promoverá a sua correção de acordo com a variação do índice de reajuste autorizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Local e Data

ANEXO I-B
MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Ao

Comitê Brasileiro de Clubes – CBC

Rua Açaí nº 566 – Bairro das Palmeiras

Campinas – SP

CEP 13092-587

Ref.: Pregão Presencial N° NLP-004/2017

A empresa _____ com sede na Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade de _____/_____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____; oferece a seguinte Proposta de Preços para o PREGÃO PRESENCIAL n.º NLP-004/2017, cujo processo de aquisição tem por objeto Contratação de pessoa jurídica de direito privado que opere Plano ou seguro de assistência odontológica, para os funcionários do Comitê Brasileiro de Clubes – CBC, assim como para seus respectivos dependentes legais, conforme as características e descrições informadas no Anexo I e Anexo I-A – Termo de Referência.

Descrição do Serviço (Idade)	Qtde. (Funcionários)	Empresa _____		
		Unitário	Mensal	Total Anual
0 a 18	0	R\$	R\$	R\$
19 a 23	0	R\$	R\$	R\$
24 a 28	7	R\$	R\$	R\$
29 a 33	23	R\$	R\$	R\$
34 a 38	15	R\$	R\$	R\$
39 a 43	9	R\$	R\$	R\$
44 a 48	12	R\$	R\$	R\$
49 a 53	6	R\$	R\$	R\$
54 a 58	2	R\$	R\$	R\$
59 ou mais	6	R\$	R\$	R\$
Total	80			

Valor total da proposta por extenso: _____.

- 1) A validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da assinatura desta proposta.
- 2) No preço acima ofertado, estão inclusos todos os custos e execução de todas as atividades estabelecidas no Anexo I e I-A – Termo de Referência; lucros, despesas e custos, como por exemplo, tributos de qualquer natureza; todas e quaisquer despesas, diretas e indiretas, ou encargos, diretos ou indiretos, referentes à execução do objeto deste Edital.
- 3) Os valores por vida por item apresentados na proposta contemplam todas as despesas, tais como impostos, IOF, taxas, comissões a terceiros, encargos, administração e outras para a plena prestação dos serviços, conforme estabelecido neste Edital.
- 4) O CBC executa os seus pagamentos aos fornecedores nos dias **5, 15 e 25 de cada mês**, ou, na coincidência com finais de semana ou feriados, no dia útil imediatamente seguinte. Assim, constatado o cumprimento da obrigação e trâmites internos de aprovação, o pagamento será efetuado em um dos dias mencionados acima, desde que observado também o prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis ao da apresentação da nota fiscal, contados a partir do primeiro dia útil ao do recebimento do documento.
- 5) Declaramos ciência de que não poderemos, a qualquer tempo ou sob qualquer hipótese, utilizar-nos desta contratação para promover-nos ou para promover nossos produtos, marcas e/ou serviços por meio de qualquer tipo de associação dos mesmos com o CBC, e, também que estamos impedidos de utilizar-nos, de qualquer maneira, os símbolos e marcas pertencentes ao CBC.

Nome completo e Assinatura de próprio punho

Função/cargo do Responsável pelo orçamento

ANEXO II

Declaração de Regularidade ao Artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal

[Local], [●] de [●] de 2017

Ao

Comitê Brasileiro de Clubes– CBC

Ref.: Pregão Presencial N° 004/2017

A empresa[●], com sede na [●], nº [●], Bairro [●], na Cidade de [●], inscrito no CNPJ/MF sob o nº [●], por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) [●], portador da Carteira de Identidade RG nº[●] e do CPF nº [●] **DECLARA**, para os fins do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e do art. 14, IV, “e”, do Regulamento de Compras e Contratações do CBC, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

Ressalva*: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (___).

*Em caso positivo, marcar com um “x”.

(nome e assinatura do representante legal ou procurador da empresa participante)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

[Local], [●] de [●] de 2017

Ao
Comitê Brasileiro de Clubes – CBC

Ref.: Pregão Presencial N° 004/2017

A empresa[●], com sede na [●], nº [●], Bairro [●], na Cidade de [●], inscrito no CNPJ/MF sob o nº [●], por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) [●], portador da Carteira de Identidade RG nº[●] e do CPF nº [●] DECLARA, para os devidos fins de direito e sob as penalidades cabíveis, inexistir fato impeditivo à nossa habilitação no Pregão acima identificado.

A declarante está ciente de que, caso ocorra algum fato impeditivo à habilitação durante a realização do certame ou na fase contratual, ele será comunicado imediatamente à CBC.

(nome e assinatura do representante legal ou do procurador da empresa participante)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

[Local], [●] de [●] de 2017

Ao

Comitê Brasileiro de Clubes– CBC

Ref.: Pregão Presencial N° 004/2017

A empresa[●], com sede na [●], nº [●], Bairro [●], na Cidade de [●], inscrito no CNPJ/MF sob o nº [●], por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) [●], portador da Carteira de Identidade RG nº[●] e do CPF nº [●], **DECLARA**, para efeito do cumprimento ao estabelecido no art. 14, V, do RCC do CBC, sob as penalidades cabíveis, que reúne as condições de habilitação exigidas no Edital deste Pregão.

(nome e assinatura do representante legal ou procurador da empresa participante)

(Este formulário deverá estar fora do envelope)

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017 – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Termo de Contrato que entre si celebram o CBC e [●]

Aos [●] dias do mês de [●] do ano de dois mil e dezesseis (2017), nesta cidade de Campinas, na Rua Açaí, 566 - Bairro das Palmeiras - Campinas/SP - CEP 13092-587, de um lado, na qualidade de CONTRATANTE, ao COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES- CBC, inscrita no CNPJ sob o nº 00.172.849/0001-42, neste ato representado pelo Sr. [●], e, de outro lado, na qualidade de CONTRATADA [●], com sede na [●], inscrita no CNPJ sob nº [●], com inscrição estadual nº [●], municipal nº [●], neste ato representada por [●], adjudicatária do objeto do PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017, têm entre si justo e contratado, nos termos do que determina o Regulamento de Compras e Contratações do CBC ("RCC do CBC") e obedecidas as disposições contidas no Edital e seus Anexos, aos quais se vincula o presente instrumento, o que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A CONTRATADA, na qualidade de adjudicatária do PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017, sob o regime de empreitada por preço global, obriga-se a cumprir o estabelecido neste instrumento contratual, o qual tem por objeto a contratação de pessoa jurídica de direito privado que opere Plano ou Seguro de Assistência Odontológica, conforme as características e descrições informadas no Edital e em seu Anexo I e Anexo I-A – Termo de Referência, bem como às demais disposições da respectiva Proposta de Preços que, para todos os efeitos, ficam fazendo parte integrante deste instrumento contratual, vinculando-se totalmente a este.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além de outras fixadas neste contrato, no Edital e Anexos, bem como no RCC do CBC, as seguintes:

- I - manter, durante todo o prazo de vigência deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas para assinatura deste instrumento;
- II - cumprir o objeto da presente avença de acordo com o Anexo I e Anexo I-A – Termo de Referência e com a Proposta de Preços, na estrita observância da legislação pertinente em vigor;
- III - não divulgar quaisquer dados, conhecimentos e resultados decorrentes da execução do objeto deste Contrato, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

IV - Assegurar aos beneficiários da CONTRATANTE os serviços, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Contrato e na proposta apresentada.

V - Fornecer aos beneficiários da CONTRATANTE, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento do respectivo “Termo de Adesão”, sem qualquer custo adicional, as carteiras de identificação, individualmente para cada beneficiário, com prazo e validade igual ao da duração do contrato, cuja apresentação, acompanhada de documento de identidade, e quando necessária a autorização prévia, assegure aos beneficiários o direito à utilização, nos termos do presente Termo de Referência e da legislação vigente.

VI - Fornecer aos novos beneficiários da CONTRATANTE, incluídos após a assinatura do contrato, as carteiras de identificação, nos mesmos termos do item anterior.

VII - Fornecer juntamente com a carteira de identificação, a cada beneficiário titular, e também sempre que solicitado pelo CBC, manual de orientação para o usuário, de todos os procedimentos inerentes à realização de consultas, exames de diagnóstico, tratamentos, internações eletivas e de emergência, reembolso e relação de credenciados constando nome, telefone e endereço dos profissionais e estabelecimentos de acordo com o domicílio do beneficiário, assim como disponibilizar as mesmas informações atualizadas em formato digital, tal como site e/ou aplicativo próprio em nome da CONTRATADA.

VIII - Comunicar, imediatamente, à CONTRATANTE, através de e-mail toda e qualquer alteração ocorrida na rede credenciada e/ou referenciada (novos credenciamentos ou descredenciamentos).

IX - Efetuar as inclusões e exclusões dos beneficiários conforme indicação do CONTRATANTE.

X - Credenciar profissionais e estabelecimentos de forma a atender todas as exigências contidas neste Termo de Referência.

XI - Elaborar e fornecer ao fiscal do contrato, com periodicidade mensal, relatórios informatizados, contendo dados relativos aos quantitativos e perfil da utilização dos beneficiários, discriminando titulares e dependentes, sem prejuízo do fornecimento de dados e documentos relativos ao custo do contrato, INCLUSIVE DE SINISTRALIDADE.

XII - Disponibilizar atendimento telefônico 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, para efeito de autorização de serviços e de informações sobre os serviços contratados.

XIII - Indicar um responsável (preposto) pela fiel execução do Contrato, que deverá, entre outras tarefas, reunir-se, sempre que solicitado, com a equipe de fiscalização da CONTRATANTE. Qualquer alteração em relação ao responsável, deverá ser comunicada imediatamente à CONTRATANTE.

XIV - Reapresentar ao CONTRATANTE, sempre que vencidos os respectivos prazos de validade, os documentos relativos à habilitação jurídica e autorização para funcionamento, bem como demais documentos solicitados

pelo fiscal do Contrato, devidamente atualizados, em original ou por cópia reprográfica autenticada.

XV - Aceitar e satisfazer todas as exigências do Edital e seu(s) anexo(s).

XVI - Justificar, por escrito, incluindo e-mail, toda negativa de cobertura por parte da CONTRATADA, que deverá ser analisada pelo fiscal do Contrato.

XVII - Manter a rede de atendimento credenciada e/ou referenciada em número igual ou superior ao apresentado no ato da contratação, e, caso haja descredenciamento de qualquer serviço, credenciar outro de mesmo porte e com a mesma capacidade técnica e abrangência.

XVIII - Na hipótese de a substituição do estabelecimento ocorrer por vontade da CONTRATADA durante o período de internação do beneficiário, a CONTRATADA se obriga a providenciar a manutenção da internação naquele estabelecimento e a pagar as respectivas despesas até a alta hospitalar.

XIX - A CONTRATADA fica obrigada a autorizar a realização de exames laboratoriais requeridos por profissionais não credenciados.

XX - Colocar à disposição da CONTRATANTE um sistema informatizado que possibilite, via internet, o encaminhamento da movimentação diária e mensal dos beneficiários (titulares e dependentes), quais sejam: os formulários de inclusão ou exclusão de plano ou seguro.

XXI - Providenciar a imediata correção das deficiências nos serviços contratados, apontadas pela CONTRATANTE, responsabilizando-se pelos fatos advindos da ineficiência, morosidade e irregularidades praticadas por seus empregados e prepostos, exceto no que se refere a procedimentos médicos, em que prevalece a relação médico-paciente, e a responsabilidade de ambos.

XXII - Não se valer do Contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem a prévia autorização da CONTRATANTE.

XXIII - Demonstrar, durante toda a vigência do Contrato, a manutenção da qualidade na prestação dos serviços especificados neste Termo de Referência, e manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, condições de habilitação e qualificação exigidas neste processo de aquisição.

XXIV - Atender a todas as obrigações previstas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

XXV - Resguardar o sigilo dos dados e documentos que lhe forem confiados para o desempenho dos serviços ora contratados.

XXVI - Solicitar ao beneficiário, diretamente ou através do CONTRATANTE, informações ou documentos necessários à complementação administrativa do procedimento de reembolso, cuja efetivação dar-se-á em no máximo 30 (trinta) dias corridos, através de depósito em conta corrente do beneficiário, a partir da apresentação da solicitação do ressarcimento, nota fiscal das despesas e/ou recibos de honorários.

XXVII - Atualizar mensalmente a relação dos profissionais e entidades prestadoras dos serviços credenciados, devendo essas informações estarem disponíveis, de preferência, em documento digital (formato Word ou Acrobat) ou impressa.

XXVIII - Em caso de substituição dos estabelecimentos e profissionais por outros equivalentes, a CONTRATADA deverá comunicar o fato à CONTRATANTE com 30 (trinta) dias de antecedência, ressaltando nesse prazo mínimo, os casos decorrentes de rescisão por fraude ou infração das normas sanitárias e fiscais em vigor.

XXIX - Comunicar ao fiscal da execução do contrato, a ocorrência de qualquer fato impeditivo à execução fiel do contrato.

XXX - A responsabilidade INTEGRAL pelo vínculo trabalhista relativo aos profissionais envolvidos na execução do contrato.

XXXI - Observar as determinações constantes da Súmula Normativa nº 10, de 30 de outubro de 2006, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), bem como das demais normas e entendimentos emanadas por tal órgão e suas alterações.

XXXII - Em havendo cisão, incorporação ou fusão da CONTRATADA, a aceitação de qualquer uma destas operações, como pressuposto para a continuidade do contrato, ficará condicionada à análise, por parte da CONTRATANTE, do procedimento realizado e da documentação da nova empresa, considerando todas as normas aqui estabelecidas como parâmetros de aceitação, tendo em vista a eliminação dos riscos de insucesso na execução do objeto Contratado.

XXXIII - A Contratada deverá manter as mesmas condições habilitatórias, em especial, no que se refere ao recolhimento dos impostos federais, estaduais e municipais, durante toda a execução do objeto, as quais são de natureza "*sine qua non*" para a emissão de pagamentos e aditivos de qualquer natureza. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos fiscais, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a empresa participante renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade ou subsidiariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE, além de outras fixadas neste instrumento contratual e no respectivo Edital, as seguintes:

I - assegurar à CONTRATADA o recebimento dos créditos decorrentes do adimplemento de suas obrigações;

II - fornecer todas as informações, esclarecimentos e condições necessárias à plena execução do objeto do presente ajuste;

III - Receber dos beneficiários de cada plano ou seguro, os respectivos “Termos de Adesão” e entrega-los a(s) CONTRATADA(s), após a assinatura do contrato, constando todas as informações necessárias para fins de cadastramento, sendo que os dependentes serão cadastrados no mesmo plano ou seguro do titular, o qual deverá manifestar sua opção no prazo de 30 (trinta) dias após a celebração do instrumento.

IV - Informar, até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, à(s) CONTRATADA(s), por escrito, por meio eletrônico, qualquer inclusão, exclusão ou alteração de plano(s) ou seguro dos beneficiários(titulares e dependentes), bem como os casos de perda, por qualquer motivo, do direito ao atendimento, ficando resguardado, contudo, o atendimento até o último dia da cobertura cujo pagamento já tenha sido realizado.

V - Recolher e devolver, quando possível, na ocasião da exclusão de beneficiários, assim como, no caso de rescisão contratual, as respectivas carteiras de identificação fornecidas pela CONTRATADA.

VI - Verificar, semestralmente, ou quando entender necessário, a rede mínima credenciada e/ou referenciada contratada.

VII - Fiscalizar a observância das disposições deste Termo de Referência, a fim de assegurar seu correto e tempestivo cumprimento, sem prejuízo dos procedimentos do controle exercido pela(s) CONTRATADA(s).

VIII - Comunicar por escrito à CONTRATADA as deficiências verificadas pela fiscalização, que serão imediatamente corrigidas, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas previstas.

IX - Devolver à(s) CONTRATADA(s) a(s) nota(s) fiscal(ais)/fatura(s) contendo incorreções com as razões da devolução, por escrito, para as devidas retificações. A devolução de nota(s) fiscal(ais)/fatura(s) não aprovada(s) pelo CONTRATANTE, em hipótese alguma servirá de motivo para que a(s) CONTRATADA(s) suspenda(m) ou atrase(m) a execução dos serviços.

X - Para fins de registro dos dependentes, o CONTRATANTE efetuará rigoroso cadastramento, respondendo os responsáveis pelo fornecimento e inclusão de dados considerados falsos.

XI - Efetuar o pagamento da prestação mensal, após apresentação da Nota Fiscal dos serviços prestados, a qual deverá ser atestada pelo Fiscal do Contrato, conforme cláusula 15.2, deste termo de referência.

XII - Prestar informações e os esclarecimentos que venham ser solicitados pelos funcionários da CONTRATADA.

XIII - Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, mediante celebração de termo aditivo, desde que considerada a vantajosidade para o CBC e de acordo com sua análise técnica e financeira do objeto contratado.

§ 1º - A prestação de serviços, objeto do presente Contrato, será acompanhada e fiscalizada pelo Departamento de Recursos Humanos, o qual anotará, em registro próprio, qualquer ocorrência havida que esteja em desacordo com os termos do ato convocatório, seus Anexos ou deste instrumento contratual, determinando, em decorrência disto, o que for necessário à regularização das falhas observadas.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

§ 1º - Poderá a CONTRATANTE solicitar alteração (acréscimo ou supressão) do objeto, em até 25% (vinte e cinco por cento).

§ 2º - Qualquer alteração contratual deverá observar o disposto no RCC do CBC.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor do contrato é de R\$ [●] ([●] Reais).

I - O pagamento será efetuado mensalmente à CONTRATADA, em moeda nacional, através de Boleto Bancário, observando os dias de vencimento mencionados na cláusula 15.2, e após o atesto, pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE, da(s) Nota(s) Fiscal (is)/Faturas de Serviços apresentada(s), referentes aos serviços prestados no mês anterior, acompanhado(s) da listagem atualizada dos beneficiários cadastrados, constando os seguintes itens: nome e matrícula do titular e respectivos dependentes, data de nascimento e o plano ou seguro em que estão inscritos, bem como extrato de utilização do plano ou seguro por especialidade e titular.

II - O CBC executa os seus pagamentos aos fornecedores nos dias **5, 15 e 25 de cada mês**, ou, na coincidência com finais de semana ou feriados, no dia útil imediatamente seguinte. Assim, constatado o cumprimento da obrigação e trâmites internos de aprovação, o pagamento será efetuado em um dos dias mencionados acima, desde que observado também o prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis ao da apresentação da nota fiscal, contados a partir do primeiro dia útil ao do recebimento do documento.

III - A(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá até o 5º (quinto) dia útil da data da apresentação da nota devidamente corrigida, observando o critério estabelecido em 15.2.

IV - Havendo inexatidão dos dados apresentados pela CONTRATADA para efeito do pagamento dos serviços prestados, que impossibilitem o atesto pela CONTRATANTE, deverá a CONTRATADA reapresentar a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Faturas e relatório(s) anexo(s) retificados, e a CONTRATANTE terá o prazo de mais 10 (dez) dias úteis a contar da reapresentação para efetuar o pagamento, observando os dias mencionados na Cláusula 15.2

V - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua regularidade perante o fisco federal, estadual e municipal. Havendo atraso no pagamento por parte da CONTRATANTE, os valores serão corrigidos pela variação do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

VI - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto existirem pendências de qualquer natureza, inclusive documental, ou em virtude de penalidade, sem que isso gere direito à atualização monetária ou prejuízo nos serviços prestado.

§ 1º - As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta de recursos previstos na Lei Federal nº 9.615/1998.

§ 2º - Caso o dia do pagamento recaia em dia não útil, esse será efetuado no primeiro dia útil subsequente, sendo certo que, mesmo nesse caso, manter-se-á, na fatura, o dia do vencimento.

§ 3º - As Notas Fiscais, requerimentos de pagamento, bem como os documentos de cobrança da CONTRATADA, deverão ser entregues no Apoio Administrativo do CBC, em seu setor de Contabilidade.

§ 4º - Havendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos pela variação do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

§ 5º Para efeito do imposto (ISS) incidente sobre a nota fiscal, deverão ser consideradas as seguintes condições:

VII - De acordo com a Instrução Normativa DRM/GP nº 001 do município de Campinas, onde se encontra a sede do Comitê Brasileiro de Clubes, a empresa estabelecida fora deste município, interessada em participar deste orçamento, deverá se cadastrar no CENE, caso esteja inserido na Tabela I do Anexo II da referida Instrução Normativa. Caso não seja feito o cadastro, o ISS (5% do valor da nota) será descontado do pagamento. (<http://cene.campinas.sp.gov.br/cene/index.html>) e (<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/in001-02072012.htm>).

VIII - Conforme o artigo 2º da Lei Complementar 116: O imposto não incide sobre: a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA exhibe, neste ato, as certidões expedidas pelo FGTS e INSS (ou a nova certidão federal que contempla as contribuições da seguridade social) com prazo de validade em vigor, que demonstrem sua

regularidade no cumprimento dos encargos estabelecidos em lei, obrigando-se a atualizá-las sempre que se vencerem no prazo de execução deste Contrato, como condição para liberação do respectivo pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – DOS ENCARGOS

Os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, de transportes e seguro, inclusive aqueles relativos a tributos, impostos e taxas, inclusive de administração, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA, bem como despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza, despesas operacionais com frete e entrega, o valor dos materiais, matérias-primas, mão-de-obra, inclusive horas extras e adicionais noturnos de profissionais, auxílio alimentação, auxílio transporte e transporte local, sendo que sua inadimplência, com relação a tais encargos, não transfere à CONTRATANTE o ônus pelo seu pagamento, não podendo onerar a presente avença.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

I - O descumprimento das condições técnicas, comerciais ou jurídicas estabelecidas no edital, proposta comercial e contrato caracterizará o descumprimento das obrigações assumidas e poderá acarretar ao participante as seguintes penalidades, previstas no instrumento convocatório:

a - advertência;

b - multa;

c - suspensão temporária para participar dos processos seletivos do CBC e de suas entidades filiadas e, por consequência, de contratar com a mesma, pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses e máximo de 24 (vinte e quatro) meses, nas condições estabelecidas no instrumento convocatório.

§ 1º - As penas previstas nos incisos I, II e III desta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente ou não, sem prejuízo da rescisão do ajuste por ato unilateral do CBC ou de sua entidade filiada bem como a aplicação das demais disposições dos artigos 48 e seguintes do RCC do CBC.

§ 2º - Das Multas:

II - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar, aceitar ou retirar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE, ensejará a multa correspondente a 20% (vinte) do valor do ajuste ou, a critério do CBC, multa correspondente à diferença do preço resultante de nova aquisição para realização da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.

III - A inexecução total do ajuste ensejará a aplicação de multa de 30% (trinta) do valor do ajuste ou, a critério do CBC, multa correspondente à diferença do preço resultante de nova aquisição para realização da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.

IV - A inexecução parcial do ajuste ensejará a aplicação de multa de 20% (vinte) calculada sobre o valor dos materiais não entregues ou serviços não executados ou, a critério do CBC, multa correspondente à diferença do preço, resultante da nova aquisição, referente à parcela da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.

V - O descumprimento injustificado de prazos fixados no contrato para entrega de materiais e execução de serviços com prazos determinados, ensejará a aplicação das seguintes multas, que incidirão sobre o valor das obrigações não cumpridas:

- a - atraso de até 15 dias = 0,2% por dia de atraso
- b - atraso de 16 a 30 dias = 0,3% por dia de atraso
- c - atraso de 31 a 60 dias = 0,4% por dia de atraso

VI - O atraso superior a 60 dias será considerado inexecução parcial ou total do ajuste, conforme o caso.

VII - Nos casos de materiais não entregues, o atraso será contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estabelecido para a entrega.

VIII - Nos casos de materiais entregues e não aceitos, o atraso será contado a partir do 1º dia útil subsequente ao prazo estabelecido para a nova entrega.

IX - O descumprimento das obrigações que ferem critérios e condições previstos nos contratos de prestação de serviços contínuos e que não configurem inexecução total ou parcial do ajuste ou mora no adimplemento, ensejará a aplicação de multa de 5% que incidirá sobre o valor mensal contratual correspondente ao mês da ocorrência.

§ 1º - Configurado o descumprimento da obrigação contratual, será a contratada notificada da infração e da penalidade correspondente, para apresentar defesa no prazo de 5 dias úteis contados do 1º dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

§ 2º - Recebida a defesa, a autoridade competente deverá manifestar-se motivadamente sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, para concluir pela imposição ou não da penalidade.

§ 3º - No caso de aplicação de quaisquer das sanções, a(s) mesma(s) deverá(ão) ser publicada(s) no sítio eletrônico do CBC e notificado ao interessado.

§ 4º - O valor correspondente à multa, após o devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito da ampla defesa à contratada, será descontado do primeiro pagamento subsequente devido à Contratada decorrente de execução contratual e no caso de não haver pagamentos pendentes à contratada, o valor da multa deverá ser recolhido à CBC, por meio de depósito bancário, no prazo de até 05 dias contados da

publicação da multa no sítio eletrônico do CBC e notificação ao interessado ou, caso o contrato tenha exigido garantia, o valor da multa será descontado da garantia prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no RCC do CBC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REPARAÇÃO DOS DANOS

A CONTRATADA é responsável direta pela execução do objeto deste contrato e, conseqüentemente, responde, exclusivamente, por danos que, por dolo ou culpa, eventualmente, causar à CONTRATANTE, aos seus empregados, à coisa ou propriedade de terceiros, em decorrência deste Contrato, correndo às suas expensas os ressarcimentos e indenizações devidos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DESCONTOS

Os valores de quaisquer indenizações, bem como das multas aplicadas pela CONTRATANTE, serão descontados do pagamento devido à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo de vigência deste instrumento terá início na data da assinatura do contrato e terminará após 24 (vinte e quatro) meses. O prazo poderá ser prorrogado até o limite previsto no RCC do CBC.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A execução deste Contrato será disciplinada pelo RCC do CBC, sendo regulada por cláusulas e preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, por mais privilegiado que outro seja, para conhecer e dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

Para firmeza e validade do que ora se estabelece, foi lavrado este Termo, o qual lido e achado conforme pelas partes, ante as testemunhas a todo ato presentes, em 2 (duas) vias de igual teor e para um só efeito, o que foi conferido por

Campinas, [●] de [●] de 2017.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ANEXO VI

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

[Local], [●] de [●] de 2017

Ao

Comitê Brasileiro de Clubes– CBC

Ref.: Pregão Presencial N° 004/2017

A empresa[●], com sede na [●], nº [●], Bairro [●], na Cidade de [●], inscrito no CNPJ/MF sob o nº [●], por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) [●], portador da Carteira de Identidade RG nº[●] e do CPF nº [●], DECLARA, para fins legais ser microempresa/empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente, e que deseja fazer uso dos benefícios que lhe são conferidos pelo RCC do CBC.

(nome e assinatura do representante legal ou procurador da empresa participante)

(Este formulário deverá estar fora do envelope)

ANEXO VII
MODELO DE PROCURAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017

A (nome da empresa) [●], inscrita no CNPJ/MF sob o n.º [●], com sede à [●], neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para, junto ao COMITÊ BRASILEIRO DE CLUBES– CBC, praticar os atos necessários para representar a outorgante no processo de aquisição na modalidade de Pregão Presencial N.º 004/2017, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos, declarações ou acordos, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso.

[Local], [●] de [●] de 2017

(Assinatura do representante legal ou do procurador)

(Este formulário deverá estar fora do envelope)

ANEXO VIII
AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2017

TOMADORA DOS SERVIÇOS: Comitê Brasileiro de Clubes – CBC - CNPJ 00.172.849/0001-42

OBJETO: O processo de aquisição tem por objeto a contratação de pessoa jurídica de direito privado que opere Plano ou Seguro de Assistência Odontológica.

FUNDAMENTO LEGAL: Regulamento de Compras e Contratações do Comitê Brasileiro de Clubes – CBC.

TIPO: Menor Preço Global.

DATA: 19/04/2017

HORÁRIO: 15 horas (credenciamento, entrega dos envelopes contendo a proposta e a documentação).

LOCAL: Rua Açai, 492 - Bairro das Palmeiras, Campinas - São Paulo - CEP 13092-587

LOCAL PARA RETIRADA DO EDITAL:

Comitê Brasileiro de Clubes

Rua Açai, 492 - Bairro das Palmeiras, Campinas/SP - CEP 13092-587.

Período para retirada do edital: de 05/04/2017 a 19/04/2017 (apenas em dias úteis)

Horário para retirada do edital: das 9 às 18 horas

Ou solicitado pelo e-mail: compras@cbclubes.org.br



Jair Alfredo Pereira
Presidente do CBC

ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

PREGÃO Nº 004/2017

Eu, (nome do representante) _____, como representante da (nome da empresa) _____, declara, sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada para participar do PREGÃO Nº 004/2017, foi elaborada de maneira INDEPENDENTE pela (nome da empresa) _____, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO Nº 004/2017, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do PREGÃO Nº 004/2017 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO Nº 004/2017, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO Nº 004/2017 quanto a participar ou não da referida licitação;

d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do PREGÃO Nº 004/2017 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO Nº 004/2017 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do PREGÃO Nº 004/2017 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Comitê Brasileiro de Clubes antes da abertura oficial das propostas;

f) que esta plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firma-la.

Local, data

(nome e assinatura do representante legal da licitante e preferencialmente em formulário da empresa)